

2013/09/27

Sistema de Segurança Interna Português¹

Mário José Machado Guedelha²

Resumo

Este texto reflete os resultados do trabalho de campo desenvolvido no âmbito do Mestrado em Direito e Segurança, concluído na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa cujo tema foi "*Segurança e Defesa Nacionais no Mundo Global, A MISSÃO DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA, QUE INTERCESSÕES E INFERÊNCIAS?*" Representa um capítulo da dissertação que descreve o plano, técnicas e método de investigação, procurando respostas para as questões relacionadas com a segurança e defesa,



sistemas, intervenientes e relações existentes ou em falta. As questões selecionadas pretendem recolher informação sobre a arquitetura do Sistema de Segurança Interna, Forças e Serviços de Segurança, tutelas, relações e cooperação. Na grelha operacional de investigação estão expostas as hipóteses e a metodologia, a caracterização da unidade de análise (população estudada), a definição da amostra e a apresentação dos instrumentos e técnicas. Utilizámos o método de observação indireta, por inquéritos, que permite abordar mais opiniões e experiências do que através de um método de observação direta. Cientes que as hipóteses testadas são exíguas perante a dimensão do tema, tentámos englobar os aspetos mais importantes desenvolvidos no acervo teórico, de forma a responder ao problema inicial. O texto pretende constituir-se como uma visão empírica, reflexo das experiências dos oficiais das Forças de Segurança, no seguimento do nosso último *paper* de enquadramento teórico-legal, intitulado "O SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA PORTUGUÊS, *"A reforma de 2008 – forças e fraquezas."*³

Palavra-chave: Segurança / Defesa / Sistema Segurança Interna

Abstract

This paper reflects the results of fieldwork undertaken within the Master in Law and Security, completed at Faculty of Law at the NOVA (New) University of Lisbon, usually known by its acronym FDUNL, whose theme was "National Security and Defence in the Global World, NATIONAL REPUBLICAN GUARD' MISSION, what intercessions and inferences?" It represents a chapter of the dissertation that describes the plan, techniques and method of research, seeking answers to the

¹ Título completo: O Sistema de Segurança Interna Português – " A Reforma de 2008 – uma visão empírica e setorial".

² Major da Guarda Nacional Republicana, Mestre em Direito e Segurança, Doutorando em Teoria Jurídica-política e Relações Internacionais.

³ GUEDELHA, MJM., 2013, "O Sistema de Segurança Interna Português – A Reforma de 2008, forças e fraquezas" Segurança e Defesa, nº 24, fevereiro-abril 2013;

main questions related to security and defence systems, stakeholders and existing or missing relationships. The selected questions intended to gather information about the architecture of homeland security system, security forces and services, guardianships, relations and cooperation. In grid operational research are exposed assumptions and methodology, the study population, sample definition and presentation of tools and techniques. We used the indirect observation method, that allows address more opinions and experiences than through a direct observation method. Aware that the hypotheses tested are confined at the scale of the issue, we try to cover the most important aspects of the acquit theory developed in an attempt to respond to the initial problem. This document aims to establish itself as an empirical view, reflecting the experiences of the security forces officers, following our last paper of legal-theoretical framework, entitled "PORTUGUESE HOMELAND SECURITY SYSTEM" The reform of 2008 - strengths and weaknesses"

Key-words: Security / Defence / Homeland Security

Introdução

"Vale mais nunca pensar em procurar a verdade de alguma coisa que fazê-lo sem método" (Descartes)

"Os políticos tendem, por vezes, a agir de acordo com os últimos acontecimentos, escolhendo as medidas mais simples, em vez de pensarem a longo prazo e procurando antecipar os riscos e as ameaças à segurança" (Almeida, 2009)

As transformações exponenciais dos finais do pretérito século e início do atual redistribuíram de forma mais anárquica os tradicionais polos de poder e multiplicaram os atores, acrescentando à ordem internacional capacidades locais com influência global. Conceitos como ameaças, riscos, interno, externo, intensidade e imprevisibilidade assumiram novas dimensões e obrigaram à redefinição das políticas públicas de segurança, dos sistemas e das forças que garantam a estabilidade dos principais atores, os Estados e o equilíbrio do Sistema Político Internacional (SPI). As ameaças contemporâneas, algumas autênticos *upgrades* de ameaças tradicionais conquistaram a dimensão global, graças ao encurtamento do tempo e do espaço oferecido pelas tecnologias da informação, internet e ciberespaço. Não é hoje possível catalogar as ameaças em próximas ou longínquas, de origem interna ou externa, pois a incerteza, imprevisibilidade e volatilidade criam insegurança de forma indistinta e deslocalizada.

Os últimos vinte anos têm sido férteis em ajustamentos legislativos e operacionais nos pacotes e sistemas de segurança interna e defesa para se ajustarem às situações geopolíticas dos diversos Estados. Portugal não tem ficado de fora destas preocupações e vem redefinindo as suas políticas e fazendo acertos nas estruturas para que se posicionem em vantagem perante as referidas ameaças. Os debates nem sempre são produtivos e muitas vezes pouco consensuais ou geradores de posições corporativistas inócuas e inconsequente na preservação da segurança. Têm sido recorrentes as questões sobre a existência de duplicação de áreas, competências e atribuições entre os intervenientes na segurança e defesa nacionais ou sobre a necessidade de redução de atores nesta área. Estas supostas redundâncias, aliadas à crise que vem grassando no país parece dar ânimo aos integracionistas do modelo policial que, pela enésima vez se esforçam na apresentação de argumentos, agora económico-financeiros, sobre a desnecessidade do modelo dual, com Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública. Por outro lado a existência de diferentes tutelas para as Forças e Serviços de

Segurança, nomeadamente na ausência da Polícia Judiciária no MAI, também não tem tido um debate pacífico e consensual.

Desde 2003, com a aprovação do Conselho Estratégico de Defesa Nacional, aprovado na ressaca do *nine-eleven attack* em Nova Iorque, que se amplia a voz sobre a putativa necessidade de empregar as Forças Armadas no âmbito da segurança para além do que são as missões de interesse público, com particular relevo para o último semestre de 2012 e início do ano de 2013, com entrega na Assembleia da República das Grandes Opções para o Conselho Estratégico de Defesa Nacional⁴ e aprovação do novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional⁵. Na nossa investigação cotejam-se unicamente as respostas dos inquiridos das Forças de Segurança, ficando em aberto a colocação de questões similares, sobre as mesmas temáticas, a inquiridos dos serviços de segurança do Ministério da Administração Interna (SEF) e do Ministério da Justiça (PJ) e das Forças Armadas, perfazendo no todo a parte que falta nesta visão.

Métodos e técnicas

O trabalho de campo assentou na aplicação do inquérito aos principais responsáveis pelas Forças de Segurança nacionais - oficiais superiores e generais comandantes das Unidades da Guarda Nacional Republicana (GNR) e da Polícia de Segurança Pública (PSP) - segundo a técnica da observação indireta.⁶

No preenchimento dos inquéritos foi usada a administração direta,⁷ com um questionário composto por questões fechadas. Quanto ao conteúdo está organizado por questões que dizem respeito a factos e por questões que se debruçam sobre opiniões. As questões foram concebidas para que a resposta fosse dada segundo a *Escala de Likert*⁸, com cinco possibilidades de resposta [1 a 5], em que a pontuação mais alta, (5), corresponde a (Concordo totalmente) e a oposta, (1), corresponde a (Discordo totalmente). O tratamento dos dados foi feito através da análise estatística, com recurso à ferramenta informática SPSS⁹ versão 15.0 para Windows.

*"Um processo de inquirição deve começar por uma fase qualitativa, sob a forma de um conjunto de entrevistas não diretivas ou estruturadas, a que se segue uma fase quantitativa."*¹⁰ Igualmente entende-se que a aplicação de um questionário a uma amostra permite uma inferência estatística através da qual se verificam as hipóteses elaboradas no decurso da primeira fase. Nestes termos, foi aplicado um conjunto de entrevistas a uma amostra selecionada de inquiridos, tendo em conta a sua vasta experiência profissional e conhecimento específicos do tema em estudo. O inquérito foi submetido a um teste de coerência e validação a *"indivíduos pertencentes à população e a especialistas no domínio técnico-científico em investigação."*¹¹ Como resultado foram feitas algumas correções, a maioria das quais relacionadas com a linguagem utilizada e com vista à simplificação das questões. Os questionários foram enviados por correio. Foi enviada uma carta de

⁴ Entregues na Assembleia da República em 2 de janeiro de 2013;

⁵ Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 5 de abril;

⁶ No caso da administração indireta o investigador dirige-se ao sujeito para obter a informação procurada. Na observação indireta, o instrumento de observação é um questionário ou guião de entrevista;

⁷ Chama-se de administração direta quando é o próprio indivíduo que o preenche. O questionário é-lhe endereçado indiretamente pelo correio ou qualquer outro meio;

⁸ A Escala Likert é um tipo de escala usada comumente em questionários. É a escala mais usada em pesquisas de opinião;

⁹ SPSS é um *software* aplicativo do tipo científico, acrónimo de *Statistical Package for the Social Sciences* - pacote estatístico para as ciências sociais;

¹⁰ GHIGLIONE, R., MATALON, B. (2001) (4ª ed.) - *O Inquérito: Teoria e Prática*, Celta Editora, Oeiras.

¹¹ SARMENTO, M. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

apresentação¹² sobre o autor, o tema e os objetivos do trabalho, bem como as instruções para o seu correto preenchimento, garantindo-se a confidencialidade das respostas e motivando os inquiridos a responder. O envio dos questionários foi feito no mês de dezembro de 2009, tendo como limite de receção o dia 8 de fevereiro de 2010.

Escolha da amostra

Existem três hipóteses com as quais o investigador se depara no que diz respeito à escolha da amostra "ou recolhe dados e faz incidir as suas análises sobre a totalidade da população coberta por esse campo, ou a limita a uma amostra representativa desta população, ou estuda apenas algumas componentes muito típicas, ainda que não estritamente representativas, dessa população."¹³ Os critérios escolhidos para a definição da população¹⁴ impuseram a escolha dos oficiais gerais e oficiais superiores com funções de comando¹⁵, direção ou chefia dos comandos funcionais e de Unidades da GNR e da PSP. Os inquéritos por questionários foram aplicados com base numa amostragem¹⁶ intencional ou de casos típicos¹⁷.

Para garantirmos a representatividade da amostra, recorreremos à tabela estatística de Arkin e Colton e formámos um subconjunto (a amostra) de 104 indivíduos, para um nível de confiança de 95,5% e uma margem de erro de 10%.¹⁸ Foram distribuídos cento e quatro (104) inquéritos e validadas oitenta (80) respostas, o que equivale a 77% de concretização.

Apresentamos e discutimos nesta etapa os resultados da investigação, por um lado caracterizamos a amostra, por outro analisamos cada uma das questões do inquérito. Considerando que os inquiridos integram a GNR e a PSP, vamos ainda analisar em cada questão, as tendências de resposta consoante a instituição. Para fazer esta análise recorreremos aos testes *Mann-Whitney*.¹⁹ Nas questões dicotómicas (concordo, discordo) optámos por utilizar o teste do *Qui-Quadrado*²⁰ com objetivo de identificar possíveis diferenças na distribuição das percentagens das respostas em função da instituição. Foi ainda utilizado o teste *Kolmogorov-Smirnov*.²¹ Em todos estes testes, para facilidade de interpretação, utilizámos os valores das médias nas respetivas respostas e não os valores das médias das ordens. O nível de significância para aceitar ou rejeitar a hipótese nula (hipótese de igualdade) foi fixado em $(\alpha) \leq 0,05$.

¹² Se tratar de um questionário enviado por via postal, é importante que a apresentação do documento não seja dissuasiva e que este seja acompanhado por uma carta de introdução clara, precisa e motivante;

¹³ QUIVY, R. e CAMPENHOUDT, L., *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 2ª Ed., Gradiva, Lisboa, 1998;

¹⁴ Universo ou População é o conjunto de elementos abrangido por uma mesma definição, (...) têm uma ou mais características comuns a todos eles, características que os diferenciam de outros conjuntos de elementos;

¹⁵ Comandantes e 2º Comandantes;

¹⁶ Amostragem é o processo de seleção de uma amostra;

¹⁷ A amostra intencional ou de casos típicos é uma amostra composta por elementos selecionados intencionalmente, porque se considera que esses elementos possuem as características que são típicas ou representativas da população;

¹⁸ ARKIN, H. e COLTON, R.R. *Statistical Methods* 4ª edição, Barnes & Noble, Inc. New York, 1964.

¹⁹ Teste não paramétrico que serve para comparar duas amostras independentes (dois grupos) em variáveis dependentes de tipo ordinal;

²⁰ Serve para testar a hipótese com duas variáveis de tipo qualitativo relacionadas. Neste caso estamos a comparar as duas instituições (variável nominal) com a concordância ou discordância com a afirmação (variável dicotómica);

²¹ É utilizado para verificar se os valores de uma variável apresentam distribuição normal;

Hipóteses operacionais

Nº	HIPÓTESE
H_1	O sistema político internacional, as ameaças e os riscos mudaram e exigem novas respostas no âmbito da segurança e defesa.
H_2	A segurança continua independente da defesa e virada exclusivamente para o interior do território nacional.
H_3	A ordem mundial alterou-se, alterando-se também as ameaças e os conceitos tradicionalmente dicotómicos de segurança e defesa, devendo as Forças Armadas integrar as missões de Segurança Interna.
H_4	A Lei de Segurança Interna alterou o conceito de Segurança Interna.
H_5	O novo conceito de Segurança Interna pressupõe a participação integrada de diversos sistemas nacionais.
H_6	As Forças e Serviços de Segurança em Portugal devem ter tutela única no Ministério da Administração Interna.
H_7	O Secretário-Geral do Sistema Segurança Interna é a entidade chave para operacionalizar a Segurança Interna.
H_8	O sentimento de insegurança das populações deriva das ameaças e riscos do terrorismo e criminalidade transnacional.
H_9	O modelo dual de Forças de Segurança (GNR e PSP) está atual e deve ser mantido em Portugal.
H_10	O Sistema de Segurança Interna veio aumentar objetivamente a cooperação entre as Forças e Serviços de Segurança.
H_11	Existem demasiadas instituições em Portugal com competências de polícia.
H_12	Nas OAP as missões típicas de polícia podem ser desempenhadas pelas Forças Armadas.
H_13	A intervenção das Forças de Segurança em Operações de Apoio à Paz elimina ameaças no estrangeiro antes de se repercutirem em Portugal.
H_14	A Guarda Nacional Republicana constitui uma reserva nacional, sendo fundamental ao SSI.
H_15	A natureza militar da Guarda Nacional Republicana é uma mais-valia quer em missões internas, quer em missões externas.
H_16	A Guarda Nacional Republicana é a única Força de Segurança de natureza militar portuguesa e dispõe de condições de atuação em todo o espectro das Operações de Apoio à Paz (OAP).
H_17	A Guarda Nacional Republicana tem legitimidade, suporte legal e constitucional para construir a paz além-fronteiras.
H_18	Os contratos locais de segurança são uma mais-valia para a Segurança Interna.

Caracterização da amostra

Dos 80 inquiridos que colaboraram no estudo, 69,0% desempenham funções na Guarda Nacional Republicana e 31,0% estão afetos à Polícia de Segurança Pública.

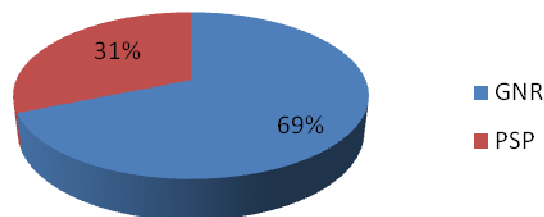
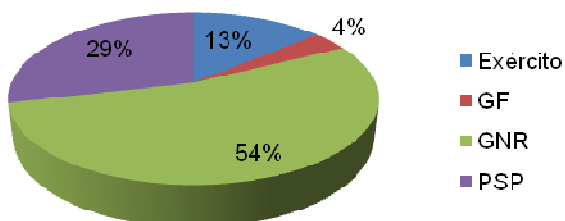


Gráfico 1 - Instituição

Instituição de origem

No que diz respeito à instituição de origem, verificámos que mais de metade da amostra é oriunda da GNR (54,0%), seguindo-se a PSP (29,0%), o Exército (13,3%) e extinta Guarda-fiscal (4,0%).



Importa aqui referir que os Tenentes-Generais e Majores-Generais ao serviço na GNR pertencem aos quadros do exército português, em virtude da instituição ainda não ter militares com estes Postos. Na PSP, alguns Postos, apesar de pertencerem aos quadros da instituição podem ter origem de carreira no exército.

Gráfico 2 - Quadro de origem

Escalão Etário

A média de idades dos inquiridos é de 49,2 anos (desvio padrão = 5,8 anos), o mais novo tem 28 anos e o mais velho 60 anos. Em termos de distribuição por escalões etários, há uma maior representação do escalão 46-55 anos que compreende 66,2% do total de inquiridos. Os mais novos e os mais velhos representam, respetivamente 3,8% e 8,8%.

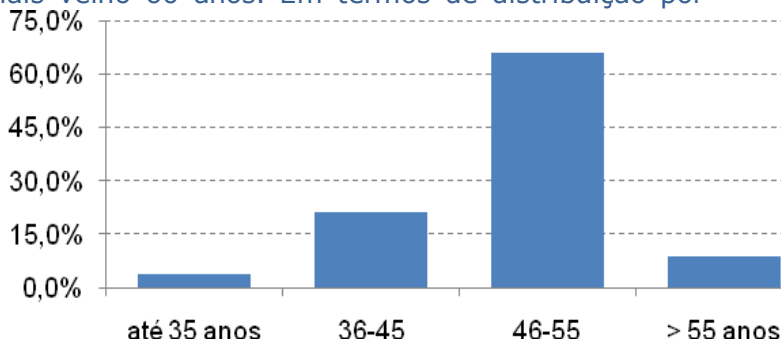


Gráfico 3 - Escalão Etário

Posto Hierárquico

Tabela 1 – Posto Hierárquico

POSTO	FREQUÊNCIA	%	% VÁLIDA	% ACUMULADA
COMISSÁRIO – PSP	1	1,3	1,3	1,3
CORONEL – GNR	12	15,0	15,0	16,3
INTENDENTE – PSP	12	15,0	15,0	31,3
MAJOR – GNR	5	6,3	6,3	37,5

MAJOR-GENERAL – GNR	6	7,5	7,5	45,0
SUBINTENDENTE – PSP	9	11,3	11,3	56,3
SUPERINTENDENTE-CHEFE – PSP	3	3,8	3,8	60,0
TENENTE-CORONEL – GNR	27	33,8	33,8	93,8
TENENTE – GNR	2	2,5	2,5	96,3
TENENTE-GENERAL – GNR	3	3,8	3,8	100,0
TOTAL	80	100,0	100,0	

Em termos de posto hierárquico, os Tenentes-coronéis são largamente maioritários (33,8%), seguindo-se, em igualdade percentual, os postos de Coronel (GNR) e de Intendente (PSP) com (15,0%).

Concelho de atividade

Tabela 2 - Concelho de atividade profissional

CONCELHO	FREQÜÊNCIA	%	CONCELHO	FREQÜÊNCIA	%
AVEIRO	2	2,5	LEIRIA	2	2,5
BEJA	2	2,5	LISBOA	24	30,0
BRAGA	3	3,8	PORTALEGRE	4	5,0
BRAGANÇA	2	2,5	PORTO	2	2,5
C. BRANCO	3	3,8	SANTARÉM	4	5,0
COIMBRA	2	2,5	SETÚBAL	4	5,0
ÉVORA	4	5,0	SINTRA	3	3,8
FARO	4	5,0	VIANA DO CASTELO	4	5,0
FUNCHAL	1	1,3	VILA REAL	2	2,5
GUARDA	4	5,0	UISEU	4	5,0
TOTAL				80	100,0

A maioria dos inquiridos exerce a atividade profissional no concelho de Lisboa (30,0%), estando no entanto todo o país representado. Este resultado deve-se ao facto da maioria das unidades e órgãos da GNR e PSP se encontrarem no concelho de Lisboa. Se considerarmos que nas sedes de cada distrito existe, pelo menos, uma unidade da GNR e uma unidade da PSP teríamos pelo menos quatro (4) inquiridos por distrito.

O OBJETO DE ESTUDO

Questão nº 1 - Causas do sentimento de insegurança

Considerando a sua área de responsabilidade e a frequência da criminalidade, considera que o sentimento de insegurança das populações em Portugal advém principalmente dos riscos e ameaças do:

Tabela 3 - Causas do sentimento de insegurança

FATORES	MÉDIA	DESVIO PADRÃO
TERRORISMO E CRIMINALIDADE ORGANIZADA TRANSNACIONAL.	6,88	1,878
HOMICÍDIOS, VIOLAÇÕES E ASSALTOS À MÃO ARMADA.	2,26	1,748
FURTOS NA VIA PÚBLICA, CARTEIRISTAS E FURTOS EM RESIDÊNCIAS.	1,71	0,917
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.	6,18	1,806
PROLIFERAÇÃO E TRÁFICO DE ARMAS.	6,11	1,786
CRIMINALIDADE ECONÓMICA.	8,15	1,493
ROUBOS A BANCOS, MULTIBANCO E POSTOS DE COMBUSTÍVEL.	3,44	1,629
CONDUÇÃO SOB O EFEITO DE ÁLCOOL.	7,08	1,784
ROUBOS EM VEÍCULOS.	4,01	1,436
CRIMINALIDADE E PIRATARIA INFORMÁTICA.	9,09	1,593

Nota: Numere de 1 a 10 de acordo com importância (1 mais importante / 10 menos importante)

Na opinião dos inquiridos o que mais contribui para o avolumar do sentimento de insegurança são os furtos na via pública, carteiristas e furtos em residências (média=1,71), os homicídios, violações e assaltos à mão armada (m=2,26) e os roubos a bancos, multibanco e postos de combustível (3,44). A pirataria informática (m=9,09), a criminalidade económica (m=8,15), o terrorismo e a criminalidade organizada (m=6,88) constituem os fatores com menor importância na perceção da insegurança. Na comparação entre as respostas da GNR e da PSP encontramos diferenças na criminalidade económica, em que a PSP lhe atribui significativamente menos importância (8,80 vs 7,85) do que os efetivos da GNR, $Z=-2,923$, $p=0.00$. Nas restantes afirmações não foram identificadas divergências significativas entre as respostas dadas pelos inquiridos das duas Forças de Segurança. Destes dados podemos concluir que os fenómenos locais tem maior impacto junto das populações do que as novas ameaças transnacionais e que as causas do sentimento de insegurança estão relacionadas com o dia-a-dia das populações.

Tabela 4 - Teste Mann-Whitney / Questão nº 1

Afirmações	Mann-Whitney U	Wilcoxon W	Z	Sig.
Terrorismo e Criminalidade organizada transnacional.	642,500	967,500	-0,474	0,64
Homicídios, violações e assaltos à mão armada.	608,000	933,000	-0,874	0,38
Furtos na via pública, carteiristas, furtos em	545,000	2085,000	-	0,10

residências.			1,627	
Violência doméstica.	656,500	2196,500	- 0,329	0,74
Proliferação e tráfico de armas.	578,500	903,500	- 1,150	0,25
Criminalidade económica.	415,000	1955,000	- 2,923	0,00*
Roubos a Bancos, Multibanco e Postos de combustível.	654,500	2194,500	- 0,367	0,71
Condução sob o efeito de álcool.	675,000	2215,000	- 0,132	0,89
Roubos em veículos.	589,000	914,000	- 1,071	0,28
Criminalidade e pirataria informática.	671,500	2211,500	- 0,188	0,85

Legenda * $p \leq 0,05$

Tabela 5 - Estatística descritiva / Questão nº 1

Afirmações	INS T.	Média	Desvio padrão
Terrorismo e Criminalidade organizada transnacional.	GNR	6,96	1,943
	PSP	6,68	1,749
Homicídios, violações e assaltos à mão armada.	GNR	2,40	1,921
	PSP	1,96	1,274
Furtos na via pública, carteiristas e furtos em residências.	GNR	1,58	,809
	PSP	2,00	1,080
Violência doméstica.	GNR	6,07	1,854
	PSP	6,40	1,708
Proliferação e tráfico de armas.	GNR	6,31	1,783
	PSP	5,68	1,749
Criminalidade económica.	GNR	7,85	1,580
	PSP	8,80	1,041
Roubos a Bancos, Multibanco e Postos de combustível.	GNR	3,44	1,675
	PSP	3,44	1,557
Condução sob o efeito de álcool.	GNR	7,05	1,860
	PSP	7,12	1,641

Roubos em veículos.	GNR	4,07	1,303
	PSP	3,88	1,716
Criminalidade e pirataria informática.	GNR	9,11	1,606
	PSP	9,04	1,594

Da análise das tabelas supra, com as estatísticas descritivas referentes às respostas dos inquiridos, por instituição, à questão sobre as causas do sentimento de insegurança, verificamos que as médias são idênticas, seguindo todos os inquiridos a mesma tendência na caracterização das causas do sentimento de insegurança na população portuguesa, independentemente da instituição.

Com objetivo de identificar as diferentes tendências de resposta por instituição, apresentamos a tabela com os resultados de todas as respostas, analisados em cada questão em concreto, consoante a relevância dos dados.

Para melhor se identificar apresentamos em sombreado cinzento as questões em que foram identificadas diferenças entre as respostas dos inquiridos da GNR e os inquiridos da PSP.

Tabela 6 - Teste Mann-Whitney / Questões nº 2 a nº 30

Questões	Mann-Whitney U	Wilcoxon W	Z	Sig.
Questão nº 2	145,500	470,500	-5,860	0,00 *
Questão nº 3	617,000	2157,000	-0,940	0,35
Questão nº 4	425,500	750,500	-2,781	0,01 *
Questão nº 6	592,500	2132,500	-1,498	0,13
Questão nº 7	596,500	921,500	-0,986	0,32
Questão nº 8	460,000	785,000	-2,576	0,01 *
Questão nº 9	99,000	424,000	-6,315	0,00 *
Questão nº 10	234,000	1719,000	-4,847	0,00 *
Questão nº 11	643,000	2128,000	-0,359	0,72
Questão nº 12	82,500	407,500	-6,465	0,00 *
Questão nº 14	177,500	502,500	-5,435	0,00 *
Questão nº 15	360,000	685,000	-3,558	0,00 *
Questão nº 16	677,500	2217,500	-0,113	0,91
Questão nº 18	669,000	2209,000	-0,204	0,84
Questão nº 19	633,500	958,500	-0,608	0,54
Questão nº 20	623,000	2163,000	-0,699	0,48
Questão nº 21	554,500	2094,500	-1,442	0,15

Questão nº 23	568,500	893,500	-1,464	0,14
Questão nº 24	572,000	897,000	-1,279	0,20
Questão nº 25	543,500	2083,500	-1,571	0,12
Questão nº 28	627,000	2167,000	-0,676	0,50
Questão nº 29	323,500	648,500	-3,874	0,00 *
Questão nº 30	537,500	2077,500	-1,658	0,10

Legenda - * $p \leq 0,05$

No que concerne às estatísticas descritivas de todas as questões apresentamos no quadro abaixo as médias de resposta, bem como as diferenças consoante de trate de inquiridos da GNR ou da PSP.

As maiores divergências encontram-se nas questões nº 2, nº 9, nº 10 e nº 12, onde se tratam os assuntos relativos ao sistema dual de Forças de Segurança e às vantagens da existência de uma Força de Segurança de natureza militar. A questão onde a média de resposta dos inquiridos da GNR e da PSP mais se iguala é a nº 16, relativa à importância das missões internacionais das Forças de Segurança. Estes dados são analisados em cada questão em concreto.

Tabela 7 – Estatística descritiva / GNR vs PSP

Questão	INSTITUIÇÃO	Média	Desvio padrão
Questão nº 2	GNR	4,22	1,049
	PSP	1,92	1,222
Questão nº 3	GNR	4,65	,552
	PSP	4,72	,678
Questão nº 4	GNR	3,36	1,324
	PSP	2,44	1,325
Questão nº 6	GNR	2,78	,417
	PSP	2,92	,277
Questão nº 7	GNR	3,78	1,031
	PSP	3,52	,918
Questão nº 8	GNR	4,33	1,072
	PSP	3,76	1,165
Questão nº 9	GNR	4,18	1,020
	PSP	1,84	,943
Questão nº 10	GNR	2,19	1,493

	PSP	4,28	1,242
Questão nº 11	GNR	4,07	,843
	PSP	4,16	,688
Questão nº 12	GNR	4,15	1,026
	PSP	1,88	,726
Questão nº 14	GNR	3,91	1,175
	PSP	2,08	,862
Questão nº 15	GNR	3,00	1,054
	PSP	2,12	,726
Questão nº 16	GNR	4,20	,826
	PSP	4,28	,614
Questão nº 18	GNR	2,00	1,000
	PSP	1,96	,735
Questão nº 19	GNR	2,02	,972
	PSP	1,80	,500
Questão nº 20	GNR	3,75	1,220
	PSP	3,96	1,136
Questão nº 21	GNR	3,62	1,097
	PSP	4,00	,866
Questão nº 23	GNR	3,16	,601
	PSP	2,96	,539
Questão nº 24	GNR	2,73	,827
	PSP	2,44	,821
Questão nº 25	GNR	2,24	1,122
	PSP	2,76	1,422
Questão nº 28	GNR	2,89	,832
	PSP	3,04	,935
Questão nº 29	GNR	3,42	1,182
	PSP	2,20	1,155
Questão nº 30	GNR	2,73	,870
	PSP	3,08	,812

Questão nº 2 - Modelo dual de Forças de Segurança

Tabela 8 – Modelo dual de Forças de Segurança

Questão		1	2	3	4	5	Total
Questão nº 2 -O Modelo dual do Sistema de Segurança Interna, com uma Força de Segurança militar e uma Força de Segurança civil, constitui-se uma mais-valia nacional e deve manter-se.	Freq.	13	12	9	14	32	80
	%	16,3	15,0	11,3	17,5	40,0	100,0

Legenda: 1 Discordo totalmente; 2 Discordo; 3 Concordo em parte; 4 concordo; 5 Concordo totalmente

Relativamente a esta questão 40% (n=32) dos inquiridos concorda totalmente com a existência do sistema dual de Forças de Segurança enquanto mais-valia nacional. O eixo da concordância regista 55 repostas, equivalente a 69% dos inquiridos. Na comparação entre as instituições, verificamos que os efetivos da GNR tendem a concordar com a afirmação enquanto os efetivos da PSP tendem em discordar (4,22 vs 1,92), $Z=-5,860$, $p=0.00$. Esta divergência institucional de resposta assenta na própria cultura das instituições, sendo a GNR militar e a PSP civil, de onde tendencialmente sobressai a intenção do fim da polícia com condição militar.

Questão nº 3 - Tutela única das Forças de Segurança

Tabela 9 – Tutela única das Forças de Segurança

Questão		1	2	3	4	5	Total
Questão nº 3 -As Forças e Serviços de Segurança em Portugal devem ter Tutela única, no Ministério da Administração Interna.	Freq.		1	2	19	58	80
	%		1,3	2,5	23,8	72,5	100,0

Legenda: 1 Discordo totalmente; 2 Discordo; 3 Concordo em parte; 4 concordo; 5 Concordo totalmente

No que diz respeito a esta questão verificamos que 72,5% (n=58) dos inquiridos concorda totalmente com a tutela única para as Forças e Serviços de Segurança, não sendo identificadas diferenças significativas entre as respostas dos inquiridos da GNR e da PSP. Esta questão remete para a criação de um "chapéu" político para GNR, PSP e PJ, com a passagem natural da PJ para a dependência do MAI.

Questão nº 4 - Distribuição de competências entre as FS

Tabela 10 – Distribuição de competências entre as Forças de Segurança

Questões do inquérito		1	2	3	4	5	Total
Questão nº 4 -A distribuição de competências entre as Forças de Segurança deve assentar em áreas de especialização e não na divisão territorial.	Freq.	12	19	18	13	18	80
	%	15,0	23,8	22,5	16,3	22,5	100,0

Legenda: 1 Discordo totalmente; 2 Discordo; 3 Concordo em parte; 4 concordo; 5 Concordo totalmente

Das respostas apuradas verificamos existir uma tendência para a concordância com a divisão de competências por áreas de especialização, num total de 61,3% (n=49) dos inquiridos com resposta de concordo em parte (n=18), concordo (n=13) e concordo plenamente (n=18).

Na comparação entre as respostas dos inquiridos das duas instituições, verificamos que são os inquiridos da GNR que mais tendem em concordar em parte com a afirmação enquanto os inquiridos da PSP tendem a discordar (3,36 vs 2,44), $Z=-$

2,781, $p=0.01$. A divisão por áreas em contraposição com a divisão territorial evitaria duplicação de meios – materiais e humanos – nas duas instituições.

Questão nº 5 - Requisitos para melhorar o SSI

Um melhor Sistema de Segurança Interna, que contribua para a prevenção e redução da criminalidade e para um maior sentimento de segurança das populações passa essencialmente por:

Tabela 11 – Requisitos para melhorar o SSI

Melhor Sistema de Segurança Interna		Concordo	Discordo	Total
a. Reforço de efetivos nas Forças e Serviços de Segurança.	Fre q	65,0	15,0	80
	%	81,25	18,75	100,0
b. Extinção de algumas instituições com funções policiais, evitando duplicações e competição.	Fre q	62,0	18,0	80
	%	77,5	22,5	100,0
c. Redistribuição das áreas de atuação entre GNR e PSP, eliminando duplicações de competências e competição institucional.	Fre q	51,0	29,0	80
	%	63,75	36,25	100,0
d. Reforço da cooperação e partilha de informações policiais entre Forças e Serviços de Segurança.	Fre q	80		80
	%	100,0		100,0
e. Integração das Forças Armadas na Segurança Interna, nomeadamente em missões de polícia.	Fre q		80	80
	%		100,0	100,0
f. Reforço da cooperação e partilha de informações entre forças policiais e sistema de justiça.	Fre q	80		80
	%	100,0		100,0
g. Fusão das Forças de Segurança (GNR e PSP).	Fre q	32	48	80
	%	40,0	60,0	100,0
h. Reforço da cooperação policial internacional e partilha de informações.	Fre q	80		80
	%	100,0		100,0

i. Envolvimento da comunidade em geral num sistema de segurança cooperativo.	Fre q	69	11	80
	%	86,25	13,75	100,0
j. Generalização dos contratos locais de segurança.	Fre q	48	32	80
	%	60,0	40,0	100,0

As afirmações que suscitam um maior número de concordâncias (resposta modal) relativamente ao SSI são o reforço da cooperação e partilha de informações policiais entre Forças e Serviços de Segurança, o reforço da cooperação e partilha de informações entre forças policiais e sistema de justiça e o reforço da cooperação policial internacional e partilha de informações (100,0%). A afirmação de que um melhor Sistema de Segurança Interna passa pela fusão das Forças de Segurança (GNR e PSP), obteve um elevado número de discordâncias (60,0%). Daqui releva o papel da coordenação como chave para o sucesso do SSI quer seja entre as forças e serviços do sistema, quer seja entre sistemas e ainda com congéneres europeias e mundiais. A hipótese de *"integração das Forças Armadas na Segurança Interna, nomeadamente em missões de polícia"* foi perentoriamente refutada por todos os inquiridos, com oitenta (80) respostas *"discordo"*, equivalente a 100% das respostas recolhidas.

Pelo que constatamos na tabela abaixo, apenas na alínea g) apresenta tendências de resposta diferenciadas entre a GNR e a PSP.

Tabela 12 - Teste Qi-quadrado / Questão nº 5

Questão / alínea	Valor	df	Sig.
Q_05_A	,658	1	,417
Q_05_B	,881	1	,348
Q_05_C	,284	1	,594
Q_05_G	24,242	1	0,000 *
Q_05_J	,970	1	,325

Legenda * $p \leq 0,05$

No cruzamento institucional que fizemos às respostas à alínea g) desta questão concluímos que os inquiridos da GNR discordam da afirmação (78,2%) sobre a fusão das duas Forças de Segurança, enquanto os efetivos da PSP tendem a concordar com a afirmação (80,0%). Mais uma vez verificamos a tendência unificadora das respostas da PSP.

Tabela 13 - Comparação GNR vs PSP / Questão nº 5

Instituição		Q5_G		Total
		Concordo	Discordo	
GNR	Frequência	12	43	55

	% Na Instituição	21,8%	78,2%	100,0%
	% Na Q5_G	37,5%	89,6%	68,8%
	% do Total	15,0%	53,8%	68,8%
PSP	Frequência	20	5	25
	% Na Instituição	80,0%	20,0%	100,0%
	% Na Q5_G	62,5%	10,4%	31,3%
	% do Total	25,0%	6,3%	31,3%
Total	Frequência	32	48	80
	% Na Instituição	40,0%	60,0%	100,0%
	% Na Q5_G	100,0%	100,0%	100,0%
	% do Total	40,0%	60,0%	100,0%

Questão nº 6 - Número de Instituições de polícia

No atual quadro da Segurança Interna em Portugal o número de instituições com competência de polícia, incluindo Forças e Serviços de Segurança é:

Uma maioria muito significativa dos inquiridos (83,3%) considera haver um excesso de instituições em com competência de polícia Portugal,. Estes dados são esclarecedores sobre a dispersão de entidades com competências de polícia, ainda que de competência especializada, o que prejudica a partilha de informações, a cooperação e a coordenação. Os resultados confirmam a tese que vimos defendendo ao longo do texto sobre a necessidade de racionalizar, centralizar tutelas e diminuir o número de entidades policiais, aumentando a eficácia e eficiência com rentabilização de pessoal, meios e trabalho em rede.

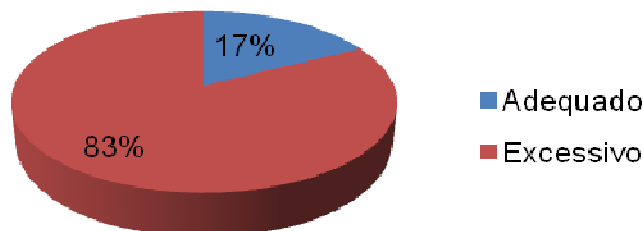


Gráfico 4 - Número de Instituições de polícia

Questão nº 7 - Contributo das missões internacionais para SI

Tabela 14- Contributo das missões internacionais para a SI

Questão		1	2	3	4	5	Total
Questão nº 7- As Forças de Segurança (GNR e PSP) constituem um vetor importante nas missões internacionais de apoio à paz, contribuindo para anular ameaças além-fronteiras, evitando repercussões internas.	Freq.	1	8	25	26	20	80
	%	1,25	10,00	31,25	32,50	25,00	100,00

Legenda: 1 Discordo totalmente; 2 Discordo; 3 Concordo em parte; 4 concordo; 5 Concordo totalmente

Na resposta a esta questão verificámos que a tendência dos inquiridos para considerarem as missões internacionais das Forças de Segurança um contributo para a Segurança Interna se situa nos 32,5% (n=26) de inquiridos que concordam com a hipótese e 25% (n=20) que concordam totalmente. Estes dados demonstram que as OAP que têm sido realizadas, ainda que fora de Portugal, são um contributo relevante para prevenir a consumação das ameaças ou a sua intensidade em território nacional. Estamos na presença de prevenção internacional com repercussões nacionais, como sinal da era global em que vivemos.

Questão nº 8 - Exclusividade das missões de apoio à paz

Tabela 15 – Exclusividade das missões de apoio à paz típicas de polícia

Questão		1	2	3	4	5	Total
Questão nº 8 - Nas missões internacionais de apoio à paz, as missões típicas de polícia, nomeadamente missões de ordem pública, devem ser exclusivas das Forças de Segurança em detrimento das Forças Armadas.	Freq.	3	7	6	23	41	80
	%	3,75	8,75	7,50	28,75	51,25	100,00

Legenda: 1 Discordo totalmente; 2 Discordo; 3 Concordo em parte; 4 concordo; 5 Concordo totalmente

Na hipótese colocada nesta questão verificamos que mais de 50% (n=41) dos inquiridos concorda plenamente que as missões de apoio à paz, típicas de polícia devem ser exclusivas das Forças de Segurança. A realização de missões de polícia, nomeadamente ordem pública e investigação criminal em OAP não devem ser realizadas pelas Forças Armadas, uma vez que não é essa a sua vocação, preparação e treino. É também este o sentido maioritário das respostas.

Na análise comparativa verificamos que os inquiridos da GNR concordam ligeiramente mais com a afirmação do que os inquiridos da PSP (4,33 vs 3,76), $Z=-2,576$, $p=0.01$. Considerando que a GNR, enquanto militar, assume primazia na realização deste tipo de missões de polícia em operações com maior índice de hostilidade – separada ou integrada em unidades das Forças Armadas – pode justificar esta maior tendência de discordância.

Questão nº 9 - Vantagem da Condição militar

Tabela 16 – Vantagem da Condição militar em missões internacionais

Questão		1	2	3	4	5	Total
Questão nº 9 - A condição e formação militar da GNR dão-lhe vantagens na intervenção em missões internacionais enquanto unidades constituídas para atuação "musculada".	Freq.	11	14	12	14	29	80
	%	13,75	17,50	15,00	17,50	36,25	100,00

Legenda: 1 Discordo totalmente; 2 Discordo; 3 Concordo em parte; 4 concordo; 5 Concordo totalmente

Constamos que 36,25% (n=29) dos inquiridos concorda totalmente com a hipótese formulada e 17,5% (n=14) concorda, sendo que o vetor da concordância assume 68,75% (n=55) dos inquiridos.

Os efetivos da GNR tendem a concordar com a afirmação e os efetivos da PSP a discordar (4,18 vs 1,84), $Z=-6,315$, $p=0.00$, onde mais de 30% (n=25) dos inquiridos discorda ou discorda totalmente desta hipótese.

Questão nº 10 - Justificação para duas Forças de Segurança

Tabela 17 – Justificação para duas Forças de Segurança

Questão		1	2	3	4	5	Total
Questão nº 10 - Em Portugal não se justificam duas Forças de Segurança, uma civil e uma militar.	Freq.	28	14	3	10	24	79
	%	35,44	17,72	3,80	12,66	30,38	100,00

Legenda: 1 Discordo totalmente; 2 Discordo; 3 Concordo em parte; 4 concordo; 5 Concordo totalmente

Nesta questão obtivemos resultados de extremos, com 35,44% (n=28) dos inquiridos a discordar e 30,38% (n=24) dos inquiridos a concordar totalmente.

Encontrámos justificação para esta tendência quando analisamos as respostas por instituição, sendo que os inquiridos da PSP tendem a concordar com a afirmação e os inquiridos da GNR a discordar (4,28 vs 2,19), $Z=-4,847$, $p=0.00$.

As tendências identificadas nesta questão conformam-se com as que obtivemos na questão nº 5 sobre a fusão das duas Forças de Segurança, na qual os inquiridos da GNR discordam, enquanto os inquiridos da PSP concordam, bem como nas questões relativas à diferenciação militar / civil das duas Forças de Segurança, onde se vem verificando a tendência para afirmar a condição militar por parte dos inquiridos da GNR e para a esbater por parte dos inquiridos da PSP.

Questão nº 10.1 - Força de Segurança única

No caso de concordar com a afirmação 10, deve manter-se apenas a:

Como verificámos na questão anterior foram trinta e sete (37) os inquiridos que concordaram que não se justificam duas Forças de Segurança em Portugal, uma de natureza civil, outra militar. No cruzamento das instituições verificámos que dezasseis (16) desses inquiridos pertencem à GNR e vinte e um (21) inquiridos pertencem à PSP.

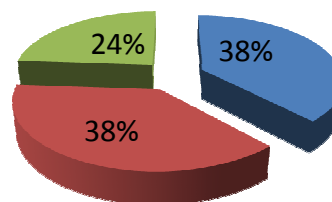


Gráfico 5 - Força de Segurança única

No que concerne à instituição que resultaria do fim da GNR e da PSP, constatámos que catorze (14) inquiridos optam por manter a GNR, catorze (14) inquiridos optam por manter a PSP e nove (9) inquiridos optam pela criação de uma nova Força de Segurança com base na extinção de ambas.

Quando cruzámos estas respostas com a instituição de origem dos inquiridos verificámos que pela manutenção unicamente da PSP responderam dez (10) inquiridos da PSP e quatro (4) inquiridos da GNR. Pela manutenção apenas da GNR, responderam onze (11) inquiridos da GNR e três (3) da PSP. Relativamente à extinção da GNR e da PSP com a criação de uma nova Força de Segurança responderam oito (8) inquiridos da PSP e um (1) inquirido da GNR.

Tabela 18 - Unificação das Forças de Segurança

INQUIRIDOS DA:	UNIFICAR AS FORÇAS DE SEGURANÇA (GNR E PSP)		
	EM:		
	GNR	PSP	OUTRA

GNR	11	4	1
PSP	3	10	8
TOTAL	14	14	9

Questão nº 11 - Competição vs cooperação institucional

Tabela 19 – Competição vs cooperação institucional

Questão		1	2	3	4	5	Total
Questão nº 11 - Por vezes, em vez de cooperação existe competição institucional entre as diversas Forças e Serviços de Segurança.	Freq.	0	0	21	29	30	80
	%	0	0	26,25	36,25	37,50	100,00

Legenda: 1 Discordo totalmente; 2 Discordo; 3 Concordo em parte; 4 concordo; 5 Concordo totalmente

Nesta questão, verificámos que todos os inquiridos concordam, variando o grau da resposta entre o “*concordo em parte*” e o “*concordo totalmente*”, que apresenta 37,5% (n=30) das respostas. Estes resultados mostram que a cultura institucional por vezes pode-se sobrepor ao valor nacional. Parece-nos uma tendência portuguesa na dificuldade em partilhar e cooperar com receio de expor fragilidade ou dividir sucessos. É sem dúvida uma cultura a alterar no sentido de reforçar a segurança com rentabilização de meios e informação. Porventura o elevado número de entidades de “*polícia*” com diversas tutelas dificultem o extermínio da cultura das “*quintas*” em prol da cultura da cooperação e da partilha.

Questão nº 12 - Papel das Forças de Segurança de natureza militar

Tabela 20 – Papel fundamental das FS de natureza militar

Questão		1	2	3	4	5	Total
Questão nº 12 - O novo contexto de segurança, bem como as mudanças nas missões militares e na natureza do policiamento, atribuem às forças de segurança de natureza militar um papel fundamental, quer interna, quer externamente.	Freq.	9	16	12	17	26	80
	%	11,25	20,00	15,00	21,25	32,50	100,00

Legenda: 1 Discordo totalmente; 2 Discordo; 3 Concordo em parte; 4 concordo; 5 Concordo totalmente

Constatamos que a resposta modal é de 32,5% (n=26), correspondente ao item “*concordo totalmente*”. Devemos no entanto referir que nos dois itens da discordância se situam 31,25% (n=25) das respostas. Quando analisamos as respostas por instituição encontramos justificação para este facto, pois enquanto o inquiridos da GNR tendem a concordar com a afirmação, os inquiridos da PSP tendem a discordar (4,15 vs 1,88), $Z=-6,465$, $p=0.00$, facto que atribuímos às características genéticas de cada Força de Segurança.

Questão nº 13 - Forças Armadas em missões de polícia

As Forças Armadas podem desempenhar missões de polícia, ordem pública e investigação criminal, em missões internacionais:

Tabela 21 – Forças Armadas em missões de polícia

Afirmações	Freq.	%
Apenas se tiverem formação e treino específico para essas missões.	16	13,1
Nunca devem desempenhar esse tipo de missões de polícia.	49	40,2
Apenas se integrarem na sua estrutura subunidades da GNR para essas missões.	25	20,5
Apenas se integrarem na sua estrutura subunidades da PSP para essas missões.	1	0,8
Apenas se integrarem na sua estrutura subunidades da GNR ou da PSP para essas missões.	31	25,4
TOTAL	122	100,0

Da análise das respostas a esta questão verificamos a tendência de outras questões, com atribuição de exclusividade das missões de polícia em missões internacionais às Forças de Segurança, em detrimento das Forças Armadas. Verificámos que 40,2% (n=49) dos inquiridos respondem que as Forças Armadas nunca devem desempenhar missões típicas de polícia, como sejam a investigação criminal e a ordem pública, no âmbito das missões internacionais de apoio à paz. Verificamos que 45,9% (n=56) aceita estas missões nas Forças Armadas se integrarem na sua estrutura subunidades das Forças de Segurança.

Questão nº 14 - GNR em conflitos de baixa intensidade

Tabela 22 – Prioridade da GNR em conflitos de baixa intensidade

Questão		1	2	3	4	5	Total
Questão nº 14 - Nas missões internacionais de apoio à paz em teatros hostis e " <i>conflitos de baixa intensidade</i> " devem ser empregues, pela sua formação e condição militar, forças da GNR.	Freq.	8	19	14	16	23	80
	%	10,00	23,75	17,50	20,00	28,75	100,00

Legenda: 1 Discordo totalmente; 2 Discordo; 3 Concordo em parte; 4 concordo; 5 Concordo totalmente

A resposta modal a esta questão situa-se nos 28,75% (n=23) que "*concordam totalmente*", sendo que cinquenta e três (53) dos inquiridos concordam com a hipótese. Ainda assim, vinte e sete (27) dos inquiridos discordam. Quando avaliamos a tendência de resposta por instituição constatamos que os inquiridos da GNR tendem a concordar com a afirmação e os efetivos da PSP tendem a discordar (3,91 vs 2,08), $Z=-5,435$, $p=0.00$.

Questão nº 15 - Diferença entre Segurança e Defesa

Tabela 23 – Diferença entre Segurança e Defesa

Questão		1	2	3	4	5	Total
Questão nº 15 - As novas ameaças e riscos eliminaram as diferenças entre os conceitos de segurança e defesa.	Freq.	9	25	30	11	5	80
	%	11,25	31,25	37,50	13,75	6,25	100,00

Legenda: 1 Discordo totalmente; 2 Discordo; 3 Concordo em parte; 4 concordo; 5 Concordo totalmente

No item do "concordo em parte" vamos encontrar a resposta mais frequente a esta questão, com 37,5% (n=30). A análise das tendências mediante a instituição de origem indicam que os inquiridos da GNR tendem a concordar em parte com a afirmação e os efetivos da PSP a discordar (3,01 vs 2,12), $Z=-3,558$, $p=0.00$.

Ainda assim podemos constatar que é no vetor dos itens do discordo que encontramos maior frequência de respostas com 42,5% (n=34), contrapondo com o vetor do concordo com 20% (n=16).

Questão nº 16 - Contribuição das Forças de Segurança para a paz mundial

Tabela 24 – Contribuição das FS para a paz mundial

Questão		1	2	3	4	5	Total
Questão nº 16 - As Forças de Segurança têm contribuído para a paz no mundo, através da participação em missões internacionais.	Freq .		2	10	36	32	80
	%		2,50	12,50	45,00	40,00	100,00

Legenda: 1 Discordo totalmente; 2 Discordo; 3 Concordo em parte; 4 concordo; 5 Concordo totalmente

A resposta modal a esta questão situa-se nos 45% (n=36) de inquiridos que responderam "concordar". É ainda relevante salientar que 40% (n=32) concordam totalmente com a afirmação e apenas 2,5% (n=2) discorda da hipótese. É ainda nesta questão que as médias de resposta entre GNR e PSP mais se aproximam, 4,20 e 4,28 respetivamente. Consolidamos nesta repostas a alegação de que o contributo além-fronteiras se constitui como um valioso contributo para a segurança nacional no mundo global.

Questão nº 17 - Forças armadas na Segurança Interna

O Sistema Político Internacional, as ameaças e os riscos mudaram e exigem novas respostas no âmbito da Segurança Interna. Exigem que as Forças Armadas desempenhem missões no âmbito da Segurança Interna.

Tabela 25 – Forças armadas na Segurança interna

Afirmações	Freq .	%
Nos termos da Constituição (CRP) e unicamente no âmbito dos estados de exceção (sitio e emergência).	56	54,4
Após alteração constitucional, em todas as missões de polícia e como órgãos de polícia criminal.	-	-
As Forças Armadas devem manter a missão exclusiva contra ameaças externas, nos termos da CRP.	28	27,2
Após alteração constitucional, unicamente em complemento das Forças de Segurança.	19	18,4
Total	103	100,0

A tendência de resposta a esta questão permite-nos verificar que 54,4% (n=56) das respostas apontam para que as Forças Armadas apenas desempenhem missões no âmbito da Segurança Interna nos termos da CRP e dos estados de exceção,

enquanto 27,2% (n=28) dos inquiridos refere que as Forças Armadas devem manter a missão exclusiva contra ameaças externas, nos termos da CRP. Nenhum inquirido apontou para alteração constitucional que possibilite a intervenção generalizada das Forças Armadas na Segurança Interna. Nesta questão não se verificaram diferenças na tendência de resposta consoante a instituição dos inquiridos. Também nesta questão os resultados dão corpo à nossa tese de manter o edifício constitucional e legal sem alterações, reforçando os mecanismos de colaboração entre as Forças Armadas e as Forças de Segurança nos termos em que a lei já prevê a sua intervenção supletiva.

Questão nº 18 - Forças Armadas e sentimento de segurança

Tabela 26 – Forças Armadas e sentimento de segurança

Questão		1	2	3	4	5	Total
Questão nº 18 - A intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna pode contribuir para o aumento do sentimento de segurança das populações no território nacional.	Freq.	27	32	18	1	2	80
	%	33,75	40,00	22,50	1,25	2,50	100,00

Legenda: 1 Discordo totalmente; 2 Discordo; 3 Concordo em parte; 4 concordo; 5 Concordo totalmente

No que diz respeito à hipótese do aumento do sentimento de segurança através da intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna a tendência é para os inquiridos discordarem, sendo a resposta modal de 40% (n=32) dos que discordam e ainda 33,75% (n=27) dos inquiridos que discordam totalmente.

Questão nº 19 – Forças Armadas e diminuição da criminalidade

Tabela 27 – Forças Armadas e diminuição da criminalidade

Questão		1	2	3	4	5	Total
Questão nº 19 - A intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna pode contribuir para a diminuição objetiva da criminalidade no território nacional.	Freq.	25	39	12	3	1	80
	%	31,25	48,75	15,00	3,75	1,25	100,00

Legenda: 1 Discordo totalmente; 2 Discordo; 3 Concordo em parte; 4 concordo; 5 Concordo totalmente

Quanto à hipótese da diminuição da criminalidade através da intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna a maior tendência de resposta situa-se nos 48,75% (n=39) dos inquiridos que discordam e 31,25% (n=25) aqueles que discordam totalmente.

Questão nº 20 - Militarização do Sistema de Segurança Interna

Tabela 28 – Militarização do Sistema de Segurança Interna

Questão		1	2	3	4	5	Total
Questão nº 20 - A intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna corresponde à "militarização" do Sistema de Segurança Interna.	Freq.	3	11	14	22	30	80
	%	3,75	13,75	17,50	27,50	37,50	100,00

Legenda: 1 Discordo totalmente; 2 Discordo; 3 Concordo em parte; 4 concordo; 5 Concordo totalmente

Podemos verificar que as respostas a esta questão se situam no vetor da concordância com a hipótese num total de 82,5% (n=66), sendo a resposta modal de 37,5% (n=30) de inquiridos que concordam totalmente com a afirmação.

Questão nº 21 - Autonomia da Defesa Nacional e da Segurança Interna

Tabela 29 – Autonomia da DN e da SI

Questão		1	2	3	4	5	Total
Questão nº 21 - Os conceitos estratégicos de defesa nacional e de Segurança Interna devem manter-se autónomos.	Freq.	1	11	17	30	21	80
	%	1,25	13,75	21,25	37,50	26,25	100,00

Legenda: 1 Discordo totalmente; 2 Discordo; 3 Concordo em parte; 4 concordo; 5 Concordo totalmente

Verificámos que 63,75% (n=51) dos inquiridos concorda ou concorda totalmente com a hipótese de manter autónomos estes dois conceitos. Apenas 13,75% (n=11) inquiridos discordam da manutenção desta autonomia.

Questão nº 22 - Intervenção da marinha na Segurança Interna

A intervenção da marinha na segurança [al. a), nº 3 art. 25º Lei SI] através do sistema de autoridade marítima e da Polícia Marítima deve:

Tabela 30 – Intervenção da marinha na SI

Afirmações	Concordo	Discordo
1. Ser alterada, com extinção da Polícia Marítima, passando as competências de polícia para a GNR.	39	41
2. Limitar-se à intervenção na jurisdição do Portos e à intervenção nas atividades de pesca e embarcações de náutica de recreio.	20	60
3. Manter-se, reforçando a cooperação e articulação no âmbito do Centro Nacional Coordenador Marítimo.	21	59
4. Ser alterada, eliminando duplicações de competências, sendo exclusiva a intervenção policial da GNR nos rios, mar territorial e zona contígua em cooperação com as demais Forças e Serviços de Segurança, no âmbito das respetivas competências.	31	49
5. A intervenção da Marinha deve manter-se, fora da Segurança Interna, nos termos da CRP, para responder a ameaças externas	36	44

Relativamente às alíneas da questão verificámos a tendência para a discordância das afirmações, sendo mais notória nas alíneas 2) e 3).

Para verificarmos as tendências de resposta consoante sejam inquiridos da GNR ou PSP, aplicámos o teste Qi-quadrado.

Tabela 31 - Teste Qi-quadrado / Questão nº 22

Questão Alínea /	Valor	df	Sig.
Q_22_1	12,030		0,000 *
Q_22_2	,175		0,676

Q_22_3	5,918		0,015 *
Q_22_4	1,771		0,183
Q_22_5	1,190		0,275

Legenda * $p \leq 0,05$

Verificam-se diferenças na tendência de resposta às alíneas 1) e 3) da questão anterior, consoante a instituição do inquirido.

Relativamente às respostas à alínea 1) os inquiridos da GNR concordam mais com a afirmação (61,8%) enquanto os inquiridos da PSP discordam mais da afirmação (80,0%).

Tabela 32 - Comparação GNR vs PSP (Questão nº 22, alínea 1)

Instituição		Q_22_1		
		Concordo	Discordo	Total
GNR	Frequência	34	21	55
	% Na Instituição	61,8%	38,2%	100,0%
	% Na Q22_1	87,2%	51,2%	68,8%
	% do Total	42,5%	26,3%	68,8%
PSP	Frequência	5	20	25
	% Na Instituição	20,0%	80,0%	100,0%
	% Na Q22_1	12,8%	48,8%	31,3%
	% do Total	6,3%	25,0%	31,3%
Total	Frequência	39	41	80
	% Na Instituição	48,8%	51,3%	100,0%
	% Na Q22_1	100,0%	100,0%	100,0%
	% do Total	48,8%	51,3%	100,0%

No que concerne à alínea 3) verificámos que os inquiridos da GNR discordam mais da afirmação (81,8%) do que os efetivos da PSP (56,0%).

Tabela 33 - Comparação GNR vs PSP (Questão nº 22, alínea 3)

Instituição		Q_22_3		Total
		Concordo	Discordo	
GNR	Frequência	10	45	55
	% Na	18,2%	81,8%	100,0%

	Instituição			
	% Na Q22_3	47,6%	76,3%	68,8%
	% do Total	12,5%	56,3%	68,8%
PSP	Frequência	11	14	25
	% Na Instituição	44,0%	56,0%	100,0%
	% Na Q22_3	52,4%	23,7%	31,3%
	% do Total	13,8%	17,5%	31,3%
Total	Frequência	21	59	80
	% Na Instituição	26,3%	73,8%	100,0%
	% Na Q22_3	100,0%	100,0%	100,0%
	% do Total	26,3%	73,8%	100,0%

Questão nº 23 – Sistema de Segurança Interna e aumento da cooperação interforças

Tabela 34 – SSI e aumento da cooperação interforças

Questão		1	2	3	4	5	Total
Questão nº 23 - Com a criação do atual modelo de Segurança Interna aumentou objetivamente a cooperação entre as Forças e Serviços de Segurança.	Freq.		10	52	18		80
	%		12,50	65,00	22,50		100,00

Legenda: 1 Discordo totalmente; 2 Discordo; 3 Concordo em parte; 4 concordo; 5 Concordo totalmente

A resposta mais frequente a esta questão é de "concordar em parte", com 65% (n=52) dos inquiridos. As respostas distribuem-se pelo concordo e pelo discordo sem que nenhum inquirido tenha optado pelos itens dos extremos. Estes dados apresentam alguma reserva porventura pelo curto tempo de "vida" da Lei de Segurança Interna e da fraca consolidação dos seus efeitos.

Questão nº 24 - Governamentalização do Sistema de Segurança Interna

Tabela 35 – Governamentalização do SSI

Questão		1	2	3	4	5	Total
Questão nº 24 - A criação do cargo de Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, com estatuto de Secretário de Estado, dependente do Primeiro-Ministro e com competências de coordenação, direção, controlo e comando operacional, "governamentaliza" e "politiza" as medidas de polícia e o sistema de	Freq.	5	32	30	13		80
	%	6,25	40,00	37,50	16,25		100,00

Segurança Interna.							
--------------------	--	--	--	--	--	--	--

Legenda: 1 Discordo totalmente; 2 Discordo; 3 Concordo em parte; 4 concordo; 5 Concordo totalmente

No que concerne a esta questão verificámos que 40% (n=32) dos inquiridos discorda da afirmação. Importa no entanto salientar que no vetor da concordância (3 e 4) são 53,75% (n=43) dos inquiridos a responder. Este facto desequilibra as questões para a concordância em que a figura do SG governamentaliza a Segurança Interna.

Questão nº 25 – “Conflito” entre Ministério Público e Secretário-geral do SSI

Tabela 36 – Ministério Público e SG do SSI

Questão		1	2	3	4	5	Total
Questão nº 25 - Em incidentes tático-policiais os Procuradores Adjuntos do Ministério Público devem submeter-se aos poderes do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna.	Freq.	19	34	11	8	8	80
	%	23,75	42,50	13,75	10,00	10,00	100,00

Legenda: 1 Discordo totalmente; 2 Discordo; 3 Concordo em parte; 4 concordo; 5 Concordo totalmente

A tendência das respostas aponta para o vetor da discordância, sendo a resposta modal de 42,5% (n=34) dos inquiridos que responderam discordar, porventura porque o sentido da lei não permite esta subordinação.

Questão nº 26 - Ações do SG do SSI

Comparativamente com anterior Lei de Segurança Interna (Lei 20/87, de 12 de junho), no atual Sistema da Segurança Interna, motivado pelas funções do Secretário-Geral da Segurança interna (coordenação, direção, controlo e comando operacional), constataram-se objetivamente ações que permitiram:

Tabela 37 – Ações do SG do SSI

Afirmações	Sim	Não
1. Maior concertação e cooperação nas operações entre Forças e Serviços de Segurança.	43	37
2. Maior colaboração e articulação entre as Forças e Serviços de Segurança e outras entidades públicas e privadas.	27	53
3. Aumento da cooperação entre Forças e Serviços de Segurança e organismos internacionais congéneres.	25	55
4. Maior articulação entre as Forças e Serviços de Segurança e o sistema prisional.	20	60
5. Maior articulação entre as Forças e Serviços de Segurança e o sistema integrado de operações de proteção e socorro.	29	51
6. Maior coordenação entre as Forças e Serviços de Segurança e os serviços de emergência médica.	16	64
7. Maior articulação entre as Forças e Serviços de Segurança, a polícia municipal e os conselhos municipais de segurança.	10	70
8. Maior articulação e cooperação com empresas de segurança privada.	9	71
9. Maior interoperabilidade entre os sistemas de informação das Forças e Serviços de Segurança, com acesso por todos.	31	49

10. Melhor desempenho conjunto das Forças e Serviços de Segurança em missões específicas.	36	44
11. Não foram constatadas objetivamente ações do Secretário-Geral de Segurança Interna com impacto na intervenção operacional das Forças e Serviços de Segurança no atual SSI.	45	35

Das respostas obtidas verificamos que apenas duas alíneas têm maior número de respostas de concordância do que discordância, a nº 1 e a nº 11. De acordo com as respostas dos inquiridos não foi identificada uma maior articulação com o sistema prisional, com os serviços de urgência, com a polícia municipal, conselhos municipais de segurança ou com empresas privadas.

Não foi também identificado um aumento da cooperação com organismos internacionais congéneres, maior articulação com o sistema integrado de proteção e socorro, nem maior interoperabilidade entre os sistemas de informação das diversas forças. A maioria dos inquiridos afirma não ter constatado objetivamente ações do SG do SSI com impacto na intervenção operacional das Forças de Segurança.

Questão nº 27 - Existência de Contratos Locais de Segurança

Na sua área de responsabilidade existem contratos locais de segurança?

Tabela 38 – Existência de Contratos Locais de Segurança

	Frequência	%	% Válida	% Acumulada
Sim	22	27,5	27,5	27,5
Não	58	72,5	72,5	100,0
Total	80	100,0	100,0	

Da amostra inquirida 72,5% (n=58) respondeu que não existem contratos locais de segurança na sua área de responsabilidade e em 27,5% das respostas existem.

Questão nº 28 - CLS vs Segurança diferenciada

Tabela 39 – Contratos Locais de Segurança vs Segurança diferenciada

Questões		1	2	3	4	5	Total
Questão nº 28 - Dos contratos locais de segurança beneficiam os municípios com maior capacidade financeira e dotados de parceiros sociais prósperos, criando níveis diferenciados de segurança para as populações.	Freq.	4	18	39	17	2	80
	%	5,00	22,50	48,75	21,25	2,50	100,00

Legenda: 1 Discordo totalmente; 2 Discordo; 3 Concordo em parte; 4 concordo; 5 Concordo totalmente

Relativamente a esta questão responderam que "*concordam em parte*" 48,75% (n=39) dos inquiridos. Uma análise mais cuidada permite verificar que 72,5% (n=58) dos inquiridos responde nos itens da concordância relativamente ao privilégio dos CLS, diferenciando os níveis de segurança.

Dos trinta e nove (39) inquiridos que responderam "*concordar em parte*" com a afirmação, oito (8) têm CLS na sua área de competência e dos dezassete (17) que

concordaram com a afirmação, oito (8) têm CLS na sua área de competência. Dos quatro (4) inquiridos que discordam totalmente e dos dois (2) que concordam totalmente, nenhum tem CLS na sua área.

Tabela 40 - Áreas com Contratos Locais de Segurança

Itens de resposta	1	2	3	4	5	TOTAL
Totais	4	18	39	17	2	80
Área com CLS	0	6	8	8	0	22

Legenda: 1 Discordo totalmente; 2 Discordo; 3 Concordo em parte; 4 concordo; 5 Concordo totalmente

Questão nº 29 – A Guarda Nacional Republicana como reserva militar do país

Tabela 41 – GNR como reserva militar do país

Questões		1	2	3	4	5	Total
Questão nº 29 - Com a retração territorial do exército português, a GNR é a única força de quadricula (presente em todos os concelhos), pelo se constitui a reserva militar de ocupação nacional.	Freq.	12	18	16	23	11	80
	%	15,00	22,50	20,00	28,75	13,75	100,00

Legenda: 1 Discordo totalmente; 2 Discordo; 3 Concordo em parte; 4 concordo; 5 Concordo totalmente

No que concerne a esta questão, a resposta modal é de 28,75% (n=23) dos inquiridos a concordar com a afirmação. No vetor da concordância encontramos 63,5% (n=50) dos inquiridos. Na comparação entre as respostas dos inquiridos das duas instituições, verificámos que os inquiridos da GNR tendem a "concordar em parte" com a afirmação e os inquiridos da PSP a "discordar" (3,42 vs 2,20), $Z=-3,874$, $p=0.00$.

Questão nº 30 – Consequências das alterações orgânicas das Forças de Segurança

Tabela 42 – Alterações orgânicas das FS

Questões		1	2	3	4	5	Total
Questão nº 30 - As recentes alterações orgânicas das Forças de Segurança contribuem para uma maior eficácia policial na prevenção e repressão criminais.	Freq.	3	26	34	15	2	80
	%	3,75	32,50	42,50	18,75	2,50	100,00

Legenda: 1 Discordo totalmente; 2 Discordo; 3 Concordo em parte; 4 concordo; 5 Concordo totalmente

Nesta questão verificámos que 42,5% (n=34) "concordam em parte" com a afirmação. Os inquiridos dividem-se nas respostas em concordância e discordância com maior ou menor grau, não ficando claras as implicações orgânicas na eficácia policial. Estes resultados pouco consistentes justificam-se pelo facto das alterações orgânicas das Forças de Segurança não estarem ainda consolidadas, estando em curso um processo que ainda não permite tirar conclusões quanto às implicações na atividade policial e na qualidade da segurança em geral.

A consistência interna do questionário foi analisada com recurso ao coeficiente *Cronbach's Alfa*. O valor encontrado foi de 0,673 considerado aceitável.

Tabela 43 - Coeficiente Cronbach's Alfa

Coeficiente	Cronbach's Alpha
Total	,673

Síntese e Validação das hipóteses

Como síntese dos resultados compulsados e discutidos apresentamos o quadro de validação das hipóteses de investigação.

Nº	HIPÓTESE	Questão relacionada	Validar ou Refutar
H_1	O sistema político internacional, as ameaças e os riscos mudaram e exigem novas respostas no âmbito da segurança e defesa.	7;11;17;21;	Validar
H_2	A Segurança continua independente da defesa e virada exclusivamente para o interior do território nacional.	12;14;15;16;21	Refutar
H_3	A ordem mundial alterou-se, alterando-se também as ameaças e os conceitos tradicionalmente dicotómicos de segurança e defesa, devendo as Forças Armadas integrar as missões de Segurança Interna.	17;18;19;20;22	Refutar
H_4	A Lei de Segurança Interna alterou o Conceito de Segurança Interna.	5;10;24;25;26	Validar
H_5	O novo Conceito de Segurança Interna pressupõe a participação integrada de diversos sistemas nacionais.	5;6;26;28	Validar
H_6	As Forças e Serviços de Segurança em Portugal devem ter tutela única no MAI.	3;6	Validar
H_7	O SG do SSI é a entidade chave para operacionalizar a Segurança Interna.	24;26	Refutar
H_8	O sentimento de insegurança das populações deriva das ameaças e riscos do terrorismo e criminalidade transnacional.	1	Refutar

H_9	O modelo dual de Forças de Segurança está atual e deve ser mantido em Portugal.	2;10;10.1;30	Validar
H_10	O SSI veio aumentar objetivamente a cooperação entre as Forças e Serviços de Segurança.	23;26	Refutar
H_11	Existem demasiadas instituições em Portugal com competências de polícia.	6	Validar
H_12	Nas OAP as missões típicas de polícia podem ser desempenhadas pelas Forças Armadas.	8;13	Refutar
H_13	A intervenção das Forças de Segurança em OAP elimina ameaças no estrangeiro antes de se repercutirem em Portugal.	7;12;16	Validar
H_14	A GNR constitui uma reserva nacional, sendo fundamental ao sistema de Segurança Interna.	29;4	Validar
H_15	A natureza militar da GNR é uma mais-valia quer em missões internas, quer externas.	9;12;14;	Validar
H_16	A GNR é a única Força de Segurança de natureza militar portuguesa e dispõe de condições de atuação em todo o espectro das Operações de Apoio à Paz (OAP).	2;9;12	Validar
H_17	A GNR tem legitimidade, suporte legal e constitucional para construir a paz além-fronteiras.	16	Validar
H_18	Os contratos locais de segurança são uma mais-valia para a Segurança Interna.	27;28	Refutar

Conclusões

"O sucesso consiste em ir de derrota em derrota sem perder o entusiasmo."
(Winston Churchill)

Tendo como referências as disfunções identificadas sobre o modelo de 1987, nos domínios da prevenção, da ordem pública, da investigação criminal, das informações e da cooperação internacional e na antessala de uma nova reforma nos conceitos, orgânicas, modelo e leis relacionadas com a Segurança Interna, fazemos nesta fase uma síntese do que foram as tendências de resposta dos principais responsáveis pelo funcionamento e emprego operacional das Forças de Segurança (GNR e PSP). Certos que algumas das questões carecem de resposta por parte de outros atores ou intervenientes, nomeadamente na nas questões tocantes às Forças Armadas ou Polícia Judiciária (PJ). Essa poderá ser uma nova etapa de investigação, ficando neste texto expressas as respostas dos oficiais das Forças de Segurança que dão corpo ao sistema dual ou de dupla componente policial, a Guarda Nacional Republicana (militar) e a Polícia de Segurança Pública (civil).

Podemos concluir, sustentados nas respostas dos inquiridos, que o sistema político internacional (SPI), as ameaças e os riscos mudaram e exigem novas respostas no âmbito da segurança e defesa, manifestando-se uma aproximação entre estas áreas, esbatendo-se a ideia da defesa virada para o exterior e segurança

exclusivamente para o interior do território nacional. Apesar deste avizinhamo e da alteraço na ordem mundial, nas ameaças e riscos não é aceite a hipótese das Forças Armadas integrarem as missões de Segurança Interna.

De acordo com os inquiridos a Lei de Segurança Interna alterou o conceito de Segurança Interna, reformulando um novo conceito que pressupõe a participação integrada de diversos sistemas ou subsistemas nacionais, numa cultura de partilha e atividade em rede.

No que se refere ao arquétipo do Sistema de Segurança Interna tende-se para um modelo onde as Forças e Serviços de Segurança em Portugal sejam de tutela única no MAI, com a manutenção do sistema dual de forças como uma mais-valia, ainda que a principal alteraço da reforma - a criaço do cargo de Secretário-geral do Sistema de Segurança Interna- não seja aceite como chave para operacionalizar a Segurança Interna e não tenham aumentado objetivamente a cooperaço entre as Forças e Serviços de Segurança, principal objetivo da sua criaço e dos vastos poderes que lhe foram atribuídos. As respostas obtidas confirmam que existem demasiadas instituiçoes em Portugal com competências de polícia, ainda que algumas de caráter especializado.

A perceço dos dirigentes das Forças de Segurança é de que o sentimento de insegurança das populaçoes não deriva das ameaças e riscos do terrorismo e criminalidade transnacional, mas da criminalidade de bairro, nomeadamente de furtos em residências, veículos, assaltos a banco, multibancos e postos de combustível. A preocupaço reside sobre factos que ocorrem com alguma frequência e relativamente próximos, ao invés da maior intensidade ou magnitude de possíveis ataques longínquos para o cidadão, como o terrorismo. É sobre esta "*criminalidade de proximidade*" que deve incidir a ação preventiva e repressiva das Forças de Segurança para eliminar objetivamente os focos de criminalidade e para esbater "*medos*" e elevar os níveis de segurança psicológica, percebida ou percecionada pela população.

A intervenço das Forças de Segurança em Operações de Apoio à Paz (OAP) além-fronteiras é uma forma de eliminar ameaças no estrangeiro, diminuindo as possibilidades de se manifestarem em território lusitano, devendo as missões típicas de polícia serem executadas exclusivamente pelas Forças de Segurança. As Forças Armadas não devem desenvolver este tipo de missões policiais, nomeadamente de ordem pública, prevenço e investigaço criminal, sendo a Guarda Nacional Republicana a única Força de Segurança de natureza militar portuguesa, dispendo por esse facto de condições de atuação em todo o espectro das Operações de Apoio à Paz, alicerçadas na sua natureza militar, enquanto mais-valia quer em missões internas, quer em missões externas. A Guarda Nacional Republicana parece constituir uma reserva nacional, sendo fundamental ao Sistema de Segurança Interna e encontra legitimidade, suporte legal e constitucional para construir a paz além fronteira.

Assente no acervo teórico referenciado, a investigaço empírica reforça as teses sobre o elevado número de entidades com funções de polícia em Portugal, incluindo Forças e Serviços de Segurança, entidades com competências específicas e órgãos de polícia criminal,²² bem como uma elevada dispersão por tutelas politico-funcionais, com intervenço no modelo de Segurança Interna de vários ministérios, incluindo dependências do Primeiro-ministro. Esta difusão não facilita a coordenaço e cooperaço institucional, dificulta a partilha e prejudica o processo de tomada de decisào e o emprego operacional. Parece acrescer a existência de sobreposiçoes territoriais e conflito de competências que não são ultrapassáveis

²² Existem cerca de duas dezenas de órgãos de polícia criminal (18);

pela figura integradora do sistema, o Secretário-Geral, que detém elevados poderes legais, mas inultrapassáveis dificuldades operativas para os exercer.

Estão identificadas interceções e sobreposições funcionais entre variados intervenientes na Segurança Interna que prejudicam o funcionamento do sistema e potenciam a competição institucional e a cooperação policial internacional sofre do vício recorrente da dispersão policial, estando atualmente dependente de um serviço de segurança e de um Ministério, cuja partilha e acesso não assume cariz de igualdade para todos os intervenientes.

A intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna é naturalmente aceite nos termos legalmente previstos, nomeadamente nas missões de interesse público e apoio às populações, em situações de normalidade e nos termos da Constituição e da Lei dos estados de exceção se estes forem decretados. No entanto quaisquer possibilidades de participação em missões que ultrapassem estes parâmetros, concretamente em missões de polícia, ordem pública ou investigação criminal em território nacional são massivamente refutadas por todos os inquiridos, sem admitir quaisquer alterações constitucionais nesse sentido.

Também no que diz respeito ao cumprimento de missões típicas de polícia no âmbito das Operações de Apoio à Paz (AOP) é entendimento generalizado dos inquiridos que devam ser da responsabilidade das Forças de Segurança, ainda que estas possam integrar Unidades das Forças Armadas. A natureza e condição, formação, cultura, preparação, treino e equipamentos militares atribuem à Guarda Nacional Republicana uma vantagem distintiva para emprego operacional em todas as fases das OAP.

Apesar das aproximações conceptuais e da indiscutível necessidade de cooperação, partilha e trabalho em rede dos diversos sistemas e atores concorrentes, nacional e internacionalmente, parece-nos que a Segurança Interna é ainda uma função constitucionalmente atribuída às polícias.

No caso português parece convencionado histórica e culturalmente o modelo dual de Forças de Segurança, assente nos modelos napoleónicos, cuja coerência parece refletir virtualidades e proporcionar uma maior diversidade de competências para intervenção operacional, sem prejuízo de ciclicamente surgirem notícias, referências ou sugestões pontuais sobre a unificação policial, factos que não tiveram aceitação política nos partidos do arco da governação até ao momento.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, P.P.(2009). "*Políticas de Segurança: Visão de Futuro*". Revista de Segurança e Defesa. Jan/Mar;
- ARKIN, H. e COLTON, R.R. *Statistical Methods* 4ª edição. Barnes & Noble, Inc. New York, 1964.
- Branco, C., *Desafios à Segurança e Defesa e os Corpos Militares de Polícia*, Edições Sílabo, Lisboa, 2000.
- BRANCO, C., *Textos de Apoio para a cadeira de Organização das Forças e Serviços de Segurança*, Academia Militar, Lisboa, 2002.
- CANOTILHO, J.J. Gomes, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 4.ª edição, Livraria Almedina, Coimbra, 2000.
- CARDOSO, P., *As Informações em Portugal*, 2.ª ed., Gradiva/IDN, Lisboa, 2004.
- CARMO, H., FERREIRA, M., *Metodologia da Investigação: Guia para Autoaprendizagem*, Universidade Aberta, Lisboa 1998.
- CHAVES, C., *Ciclo de Conferencias Estratégicas sobre segurança e Defesa "Tardes de Queluz"*, Queluz: Escola da Guarda (2008).
- DESHAIES, B. *Metodologia da Investigação em Ciências Sociais Humanas* (L. Baptista, Trad). Lisboa: Instituto PIAGET. (1992).
- FERNANDES, AJ, "Poder Político e Segurança Interna" in Manuel Monteiro Guedes Valente (Coord.), *Atas do I Colóquio de Segurança Interna*, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Almedina Editora, Coimbra.

- FERNANDES, LF, VALENTE, MMG, Segurança Interna - Reflexões e Legislação, Almedina, Coimbra, 2005
- GUEDELHA, MJM., 2013, "O Sistema de Segurança Interna Português – A Reforma de 2008, forças e fraquezas" Segurança e Defesa, nº 24, fevereiro-abril 2013;
- HILL, M., & HILL, A. (2005). Investigação por questionário. Lisboa: Edições Sílabo
- LOUREIRO, MD (1995) A política de Segurança Interna. Lisboa, Ministério da Administração Interna;
- LUTTERBECK, D. (2008). A cooperação entre Forças Armadas e Forças de Segurança. In Vários, Ciclo de Conferências Estratégicas sobre segurança e Defesa "Tardes de Queluz", (pp.40-49). Queluz: Escola da Guarda.
- OLIVEIRA, JP (2006) As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento, a Emergência do Policiamento de Proximidade. Coimbra. Almedina;
- QUIVY, R. e CAMPENHOUDT, LV, Manual de Investigação em Ciências Sociais, 2ª Ed., Gradiva, Lisboa, 1998.
- QUIVY, R; CAMPENHOUDT, LV (2005) (4ª edição) Manual de Investigação em Ciências Sociais, Lisboa, Gradiva;
- SOLANA, L. (2008). "Rumo a uma aproximação integral da segurança" In Vários, Ciclo de Conferências Estratégicas sobre segurança e Defesa "Tardes de Queluz", (pp.50-60). Queluz: Escola da Guarda.
- TEIXEIRA, NS. (2002) Contributos para a Política de Segurança Interna. Ministério da Administração Interna. ISBN 972-95771-1-0.
- TRUGLIO, G. (2008). "Forças militares versus forças de polícia tipo da Gendarmerie" In Vários, Ciclo de Conferências Estratégicas sobre segurança e Defesa "Tardes de Queluz". Queluz: Escola da Guarda.